

ANEXO II

(Declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública, bem como proventos exceto nas hipóteses admitidas pela Constituição Federal)

CANDIDATO DEVE PREENCHER, ASSINAR E ENVIAR NA CONVOCAÇÃO

Eu, _____
(nome completo do candidato), _____ (nacionalidade),
_____ (estado civil), _____
(profissão), _____ domiciliado _____ na
_____,
_____ (Bairro), _____ (CEP)
_____ (Cidade), _____ (Estado), inscrito(a)
no CPF sob o nº _____, portador da cédula de
identidade nº _____, expedida por _____,
DECLARO, sob as penas da lei, em especial, sob pena das sanções penais, previstas no
Decreto-lei n. 2.848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299), administrativas (nulidade
do contrato, dentre outros) e civis (reparação ao erário, entre outros), além das sanções
previstas nas normas internas da UERJ, que não acumularei, durante a vigência do
presente contrato temporário, cargo, emprego ou função pública, ou proventos, fora das
hipóteses permitidas nos termos dos incisos XVI e XVII, e §10º do art. 37; §3º do art.
42 e §3º, inciso VIII do art. 142, todos da Constituição Federal, que seguem abaixo
transcrito, anuindo aos seus termos expressa e irrevogavelmente, sem qualquer reserva
ou ressalva:

“XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

§10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.”

“§ 3º. Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.”

“§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c";”

DECLARO que possuo o seguinte vínculo jurídico com Administração Pública Direta ou Indireta, inclusive suas subsidiárias e sociedades controladas, sem regime de dedicação exclusiva:

Eventual exercício de outro Cargo / Emprego / Função (Vínculo Ativo)

Matrícula	Órgão/Entidade	Cargo	Carga Horária	Data da admissão

Eventual exercício de outro Cargo / Emprego / Função (Vínculo Inativo)

Matrícula	Órgão/Entidade	Cargo	Carga Horária	Data da aposentadoria

(Local e data)

(nome e assinatura do candidato)